

RUA 29 DE JANEIRO

Lei nº 1607 de 25-09-1956

Formada por parte da rua 1 do Jardim Proença

Início na rua Proença

Término na Avenida dos Esportes

Jardim Proença

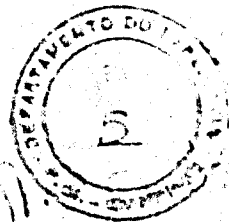
Obs.: Esta lei foi promulgada pelo Prefeito Ruy Hellmeister Novaes. Projeto de lei nº 198/55 da Prefeitura Municipal de Campinas, oriundo de um tra alho de autoria de Alair Malta Guimarães, cujo protocolado recebeu nº 14801/55. O processo na Câmara Municipal é de nº 2628/55.

29 DE JANEIRO

Segundo Roberto Thut, até o ano de 1825, havia na Província de S. Paulo duas linhas postais terrestres e uma marítima. A primeira ligava S. Paulo à Córte; a segunda S. Paulo à Santos e a marítima - terceira - S. Paulo à Córte. Antes, porém, em 08-02-1823, a Câmara de Itú fez um pedido no sentido de ser estabelecido um correio entre as duas cidades - S. Paulo e Itú. Sem atendimento, novo pedido foi formulado e a 27-10-1824 decidiu-se atender, estabelecendo-se o seguinte percurso: S. Paulo a Sorocaba, girando, tanto na ida como na volta, pelas vilas de Jundiá, S. Carlos (Campinas) e Itú. Deliberou, também, o Conselho da Província de S. Paulo que o agente nada perceberia pelo serviço que iria prestar, em face das decedentes rendas nacionais.

Ao receber o ofício acompanhado da circular comunicando o resultado da reunião do Conselho, a Câmara de Campinas acusou-o e comunicou a escolha do cidadão Bento José Alvares Guimarães para ocupar o posto de administrador da agência postal da Via de São Carlos (Campinas) e do sr. José Ramos para as funções de pedestre. Parece que a primeira agência postal de S. Carlos (Campinas) funcionou na rua do Comércio, 55 (hoje rua Dr. Quirino), mais ou menos à altura da rua 14 de Dezembro. As malas postais saíam de S. Paulo todos os dias 2, 12 e 22 e chegavam a S. Carlos (Campinas) nos dias 3, 13 e 23. Partiam daqui nos dias 8, 18 e 28. Assim, de acôrdo com a história, a primeira mala postal saiu desta cidade no dia 29 de janeiro de 1825, isto porque, sendo a primeira, e procedendo de Sorocaba, via Itú; aqui chegou em 28 e partiu a 29 com destino a Jundiá e S. Paulo, onde deveria chegar no dia 30.

AOR MALTA GUIMARÃES  
RUA ANTONIO LOBO, 144  
FONE, 5-273 - CAMPINAS



Senhor Prefeito:

Segundo Roberto Thut, até o ano de 1825, havia na Província de S. Paulo duas linhas postais terrestres e u'a marítima. A primeira ligava S. Paulo à Côrte; a segunda, S. Paulo a Santos, e a terceira - a marítima -, S. Paulo à Côrte.

Antes, porém, em 8 de fevereiro de 1823, a Câmara de Itú fez um pedido no sentido de ser estabelecido um correio entre as duas cidades - S. Paulo e Itú -. Em 1824, no dia 23 de maio por não ter sido atendido o primeiro pedido, uma nova solicitação foi formulada às autoridades superiores e, em 10 de junho do mesmo ano, o Governo da Província pediu sugestões a respeito do assunto às Câmaras de Jundiaí, S. Carlos (Campinas), Itú, Sorocaba e Fôrto Feliz. Com exceção de Jundiaí e S. Carlos (Campinas), as demais enviaram.

Em 27 de outubro de 1824, em reunião para tratar do caso, o Conselho da Presidência da Província decidiu atender ao solicitado e, para o início do correio na nova região, estabeleceu o seguinte percurso: S. Paulo a Sorocaba, girando, tanto na ida como na volta, pelas vilas de Jundiaí, S. Carlos (Campinas), e Itú. Deliberou, também, o Conselho, que o agente nada perceberia pelo serviço que iria prestar em face das decadentes rendas nacionais.

Ao receber o ofício acompanhado da circular comunicando o resultado da reunião do Conselho, a Câmara de Campinas acusou-o e comunicou a escolha do cidadão Bentô José Alves Guimarães para ocupar o posto de administrador da agência postal da Vila de S. Carlos (Campinas), e do Sr. José Ramos para as funções de pedestre.

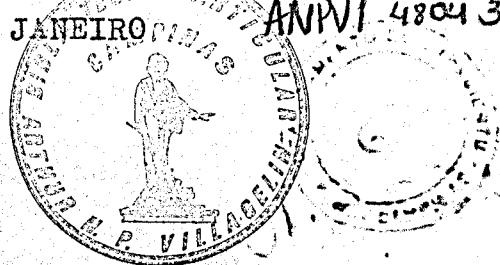
Aí estão os dois primeiros personagens da nossa história postal.

Parece que a primeira agência postal de S. Carlos (Campinas), funcionou à rua do Comércio, 55 (hoje Dr. Quirino), mais ou menos em frente ao Colégio Ateneu Paulista.

SECRETARIA DE GOVERNO  
A Divisão de Edif. e Tráfego  
Em 31 AGT 1955  
[Assinatura]

AOR MALTA GUIMARÃES  
 RUA ANTONIO LOBO, 144  
 FONE, 5-273 - CAMPINAS

-2-2



O serviço, inicialmente, contou com dois pedestres: um localizado em S. Carlos (Campinas) e o outro em Sorocaba. Cada um percebia 240 réis por dia de trabalho. Em 1833, dado o progresso operado na região de S. Carlos (Campinas), este setor, já separado, dispunha de dois pedestres.

As malas postais saíam de S. Paulo todos os dias 2, 12 e 22, e chegavam a S. Carlos (Campinas), nos dias 3, 13, 23. Partiam daqui nos dias 8, 18 e 28 e chegavam a S. Paulo nos dias 10, 20 e 30.

Assim, de acordo com a história, a PRIMEIRA MALA POSTAL saiu de S. Carlos (Campinas), no dia 29 de janeiro de 1825, isto porque, sendo a primeira, é procedente de Sorocaba, via Itú, aqui chegou em 28 e partiu a 29 com destino a Jundiaí e S. Paulo, onde deveria chegar no dia 30.

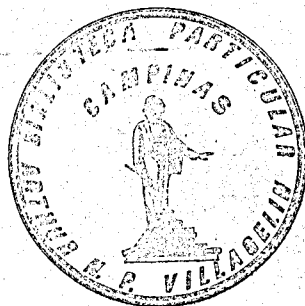
Roberto Thut em "O Correio de Campinas e Seus Primitivos Carimbos", escreve:

"... Foi, portanto, Bento José de Abreu Alvares Guimarães o primeiro "administrador" (atual agente) do correio de Campinas, pessoa muito benquista. Por três vezes foi procurador da Câmara (em 12/2/1821 - 25ª Câmara -, em 10/1/1824 - 28ª Câmara -, e em maio de 1825 - 29ª Câmara -), sendo ainda comerciante de fazendas, armarinhos, etc. O cargo de "Procurador" daquela época é o precursor do atual "Prefeito".

Senhor Prefeito - BENTO JOSÉ DE ABREU ALVARES GUIMARÃES, era natural de S. Tiago do Candoso, Braga, Portugal, e filho de Antônio de Abreu e de dona Joana de Abreu. Casou em 1820, em Piracicaba, com dona Maria Luiza da Natividade, filha do Tenente José Joaquim de Sampaio. Dêsse casamento, nasceu, entre outros filhos, Joaquim José de Abreu Sampaio, que se casou, em segundas nupcias, com dona Maria das Dores Vidal, filha de Dom Romão Vidal. Daí a origem da família Abreu Sampaio Vidal, muito conhecida em S. Paulo. Entre os descendentes do primeiro "admini

A Divisão de *Arquitetura*  
 Em 31 AGT 1955

Arquitetura



POR MALTA GUIMARÃES  
 RUA ANTONIO LOBO, 144  
 FONE, 5-273 - CAMPINAS

3

"trador" do correio de Campinas, podemos citar os seus netos Drs. Rafael de Abreu Sampaio Vidal, Ministro da Fazenda no Governo do Dr. Epitácio Pessoa, e Bento de Abreu Sampaio Vidal, ex-Secretário da Agricultura do Estado de S. Paulo, ambos campineiros, e para os quais oportunamente pedirei homenagens públicas.

Assim, Exmo. Senhor Prefeito, só o fato de haver sido Procurador (Prefeito) de nossa cidade justificaria o seu nome em uma das vias públicas da cidade. Há, ainda, a seu favor, a prestação, sem remuneração, do serviço de agente postal de Campinas, aliás, o primeiro. Deixou, ainda, numerosa prole, destacadamente dois filhos ilustres e campineiros de nascimento.

Deixo, portanto, ao alto critério de V. Excia a escolha do nome que deverá receber a via pública objeto deste Processo nº 2.628, isto porque, duas são as sugestões:

1.<sup>a</sup> - Poderá denominar-se: BENTO JOSÉ DE ABREU (Bento José de Abreu Alvares Guimarães), primeiro agente postal de nossa cidade e Procurador (Prefeito por 3 vezes), ou

2.<sup>a</sup> - 29 DE JANEIRO (dia que saiu de Campinas a primeira mala postal), data que deve ser assinada e registrada na história da cidade.

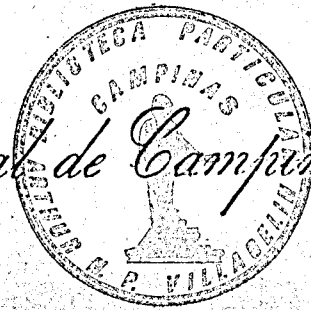
Particularmente, opino para que, tanto o nome do ilustre cidadão, bem como a data, sejam perpetuados.

Campinas, 26 de agosto de 1955.

SEÇÃO DE EXPEDIENTE  
 A Divisão de *Exp. Tractos*  
 Em 31 AGO 1955



# Prefeitura Municipal de Campinas



Of. P. M.

N.º = 1372 =

P.I. 14801-55)  
Proc. 2628-55)

A S S U N T O :-

Encaminha processo  
contendo projeto de  
lei sobre denomina--  
ções de vias públicas.

Campinas, 15 de outubro de 1955.

Exmo. Sr.

Dr. Laerte de Moraes

DESPACHO

M.D. Presidente da Câmara Municipal, Comissão de  
Encaminha-se a

CAMPINAS.-

*Justicia*  
*Laerte* vigorando o prazo de  
acôrdo com o art. 42 do Reg. Interno.  
Sala das Sessões, 10 de 10 de 1955.

PRESIDENTE

oooooooooooo

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., para apreciação e deliberação da Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre a denominação de "Bento José de Abreu" e "29 de Janeiro" à ruas da cidade.

É justíssima a lembrança do Sr. Alaôr Malta Guimarães, que se reportou ao ano de 1825, lembrando um nome e uma data - Bento José de Abreu e 29 de Janeiro.

Foi Bento José de Abreu, o primeiro administrador do Correio, tendo sido por três vezes Procurador da Câmara.

A data de 29 de Janeiro, lembra a saída da primeira mala postal de Campinas e isto no ano de 1825.

Justa homenagem a que a cidade agora vai resgatar.

Assim, encaminho a V. Exa., o incluso projeto de lei para a ilustrada consideração dessa Egrégia Câmara.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. e aos Ilustres Vereadores que compõem a Colenda Câmara Municipal de Campinas, os protestos de minha elevada consideração.

O PREFEITO MUNICIPAL,

DL/ig.-

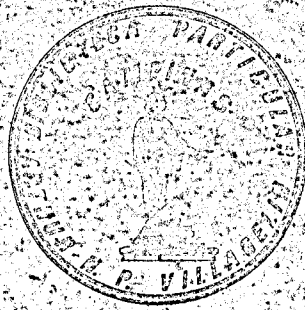
18  
*Laerte*  
DR. ANTÔNIO MENDONÇA DE BARROS :-



2

55.

Fl. 1.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA

*Processo N.º 7704.*

SECRETÁRIO GERAL

*Dr. ROQUE MARCO GATTI*

**PROJETO DE LEI N.º 198/55.**

*Promovente:* PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS.-

*Assunto:* DÁ OS NOMES DE "BENTO JOSÉ DE ABREU" E "29 DE JANEIRO"  
À RUAS DA CIDADE.-

## AUTUAÇÃO

*Em 22 de outubro de 1955, nesta*

*Secretaria da Câmara Municipal de Campinas, autua o processo  
do incluso sob número 2628, da Prefeitura Municipal de Campinas.x.x.*

*como adiante se vê.*

*Prof. ...*  
SECRETÁRIO GERAL

**LEI Nº 1.607, DE 25 DE SETEMBRO DE 1956**

Dá os nomes de «Bento de Abreu» e «29 de Janeiro» as ruas da cidade

A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º — Fica denominada, «Bento José de Abreu», parte da rua 1 do Jardim Proença, situada entre as quadras A e B, a qual, tendo início na Rua Proença, termina na Avenida Monte Castelo.

Artigo 2º — Fica denominado «29 de Janeiro», o trecho da rua 1 do Jardim Proença, situado entre as quadras B e C, o qual tendo início na Rua Proença, termina na Avenida dos Esportes.

Artigo 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 25 de setembro de 1956.

*Ruy Hellmeister Novaes*  
Prefeito Municipal

*Eng. Paulo Silva Pinheiro*  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Publicada no Departamento do Expediente da Prefeitura Municipal, em 25 de setembro de 1956.

O Diretor,  
*Alvaro Ferreira da Costa*



### O CORREIO DE CAMPINAS

(Esbôço histórico)

ROBERTO THUT

Até 1825, havia na Província de São Paulo apenas duas linhas de correio terrestres e uma de correio marítimo.

A primeira ligava São Paulo à Côrte, e foi estabelecida pelo Bando de 11 de setembro de 1773, do Capitão-General de São Paulo, D. Luís ANTÔNIO DE SOUSA, Morgado de Mateus. A segunda, de São Paulo à então Vila de Santos, e a terceira, desta para a Côrte (via marítima) criada pelo Bando de 28 de junho de 1798, do Capitão-General ANTÔNIO MANUEL DE MELO CASTRO.

Para se corresponder com as localidades do interior paulista, o público quotizava-se para custear um portador de correspondência ou aproveitava-se de viandantes ocasionais. Para a correspondência oficial, o Governo servia-se de milicianos.

Logo após a Independência, quando a nossa capitania já havia se tornado Província de São Paulo, a Câmara da Vila de Itú dirigiu, em 8 de fevereiro de 1823, o primeiro apêlo ao Presidente da Província LUCAS ANTÔNIO MONTEIRO DE BARROS, depois Barão de Congonhas, no sentido de se estabelecer um correio entre aquela localidade e a capital. O Governo, não podendo atender o pedido, respondeu à peticionária que estava aguardando instruções da Côrte do Rio de Janeiro, para depois então voltar sôbre o assunto.

Em 23 de maio de 1824, a Vila de Itú reafirmou seu pedido anterior, tendo então o Governo da Província dirigido um officio-circular às Câmaras das Vilas de Jundiáí, São Carlos, Itú, Sorocaba e Pôrto Feliz, em 10 de junho daquele ano, pedindo sugestões. Com exceção das Câmaras de Campinas e Jundiáí, que não deram resposta alguma, as demais apresentaram suas sugestões, sendo que as de Sorocaba e de Itú pretendiam cada uma que a sua vila fôsse o centro dessa linha postal.

De posse dessas sugestões, o Conselho da Presidência da Província reuniu-se em 27 de outubro de 1824, de cujo livro de atas consta a seguinte decisão sôbre o assunto:

"Quanto ao estabelecimento do Correio Publico de que tratão as representações das Camaras de Itú e Sorocaba, querendo cada uma que seja o centro do seu Districto, adoptou-se o parecer do Sr. Ten. e Coronel RAFAEL TOBIAS e se resolveu que o dito Correio se dirija á Villa de Sorocaba girando tanto na hida como na volta pelas do Jundiáhy, São Carlos e Itú e que em cada huma dellas haja hum Administrador que sirva gratuitamente attento o pouco rendimento deste estabelecimento e o estado decadente das Rendas Nacionais, sendo a condução das mallas feita por meio de arrematação ou pela maneira praticada com o Correio desta Cidade para a Corte".





Em 25 de novembro de 1824, em officio-circular às Câmaras das vilas mencionadas na ata, o Presidente da Província de São Paulo participa-lhes a decisão do seu Conselho, remetendo-lhes inclusa a —

“Instrução para o Correio Publico estabelecido entre esta Capital e as Villas de Jundiáhi, São Carlos, Ytú e Sorocaba”.

O art. 1.º dessa “Instrução”, que era uma espécie de regulamento postal, dispunha o seguinte:

“Haverá em cada huma destas Villas um Administrador, escolhido, e nomeado pela Camara respectiva, ao qual competirá toda a responsabilidade, e direcção do correio debaixo das ordens do Governo, e da Junta da Fazenda, servindo por óra somente pela honra, e consideração, que lhe deve resultar de se prestar ao bem Publico, e confiança que se faz de sua pessoa, sendo escolhido para este objecto de tanta importancia, outro que convém, que seja dotado de probidade, e louvaveis costumes”.

Respondendo a êsse officio, a Câmara da Vila de São Carlos dirige-se ao Presidente da Província nos seguintes termos:

“Illmo. e Exmo. Snr. — Recebemos o off.º de V. Excia. em datta de 25 de 9bro. p.p. acompanhado de lua instrução para o Correio q. V. Excia. houve por bem criar nesta Villa, sobre o Administrador do mesmo e em Cessão nomeou-se BENTO JOSÉ DE ABREU ALVES GUIM.ES para Administrador, e para Pedestre a JOSÉ DE RAMOS, p. serem peçoas sufficientes e concorrer nellas todas as qualid.es para os ditos empregos. — Ds Ce a V.Exa. — S. Carlos em Camara de 30 de 10bro. de 1824 — aa) SALVADOR DA ROCHA CAMARGO, ANTÔNIO CORR.ª BARBOZA, JOAQUIM JOZÉ DE MORAES, VICENTE GUEDEZ BARRETTO, BENTO JOSÉ DE ABREU ALS. GUIM.ES”.

Foi, portanto, BENTO JOSÉ DE ABREU ÁLVARES GUIMARÃES o primeiro “administrador” (atual “agente”) do correio de Campinas, pessoa muito benquista. Por três vèzes foi procurador da Câmara, sendo ainda comerciante de fazendas, armarinhos, etc. O cargo de “Procurador” daquela época é o precursor do atual “Prefeito”.

Não conseguimos fixar, de forma documentada, onde BENTO JOSÉ DE ABREU residia e mantinha seu estabelecimento comercial, o que seria de suma importância para localizar a primeira agência do correio, pois o art. 3.º da já citada “Instrução” exigia que

“A Administração se estabelecerá em caza do Administrador, que for nomeado, que deve por isso rezidir dentro da Villa reservando-se huma Salla ou quarto proximo à rua para o laboratorio do correio”.

Parece-nos, segundo vagas informações, que a residência e a casa comercial de BENTO JOSÉ DE ABREU se localizavam no mesmo prédio, onde, por volta de 1870, residia o seu filho primogênito, Padre FRANCISCO DE ABREU SAMPAYO, na então rua do Comércio, n.º 55 (atual rua Dr. Quirino), em frente, mais ou menos, do solar do Barão de Ibitinga (onde se acha hoje instalado o “Ateneu Paulista”).

À Câmara da Vila de Pôrto Feliz foi também enviada uma cópia da “Instrução”, pois o seu art. 7.º determinava:

“A Camara da Villa de Porto Feliz poderá estabelecer huma Administração no seo Districto mandando um Pedestre a sua conta conduzir á Itú nos seus devidos tempos, as Cartas que forem do seo districto e levar as que a elle se dirigem”.

O transporte das malas se fazia a pé, por meio de dois "pedestres", sendo um localizado em Sorocaba e outro em Campinas, com os vencimentos de 240 réis diários. Com o desenvolvimento desse serviço público, o número de "pedestres" foi aumentado, tanto que em novembro de 1833 já existiam dois, somente para o serviço da capital à Vila de S. Carlos. Nesse mesmo ano, Itu e Sorocaba já dispunham de linhas diretas para a capital da Província, passando somente por Jundiá, com um "pedestre" cada uma.

De acôrdo ainda com a mesma "Instrução", o "pedestre" partiria da capital todos os dias 2, 12 e 22, chegando a Jundiá nesses mesmos dias; a São Carlos a 3, 13 e 23; a Itu a 4, 14 e 24; a Sorocaba a 5, 15 e 25, onde estacionava um dia, regressando a Itu a 7, 17 e 27; São Carlos a 8, 18 e 28; Jundiá a 9, 19 e 29; e, finalmente, a São Paulo a 10, 20 e 30. Respondendo ao officio de 25 de novembro de 1824, enviado pelo presidente da Província e juntando a "Instrução", a Câmara de Sorocaba oficiava em 16 de janeiro de 1825 ter comunicado naquela data, "às Câmaras de Ytú e São Carlos, participando-lhes que no dia 27 do corrente mez ha de sahir desta Villa o dito Correio para no dia trinta se achar nessa cidade".

Em face dessa comunicação e dos dispositivos do artigo 8.º da "Instrução", infere-se que a primeira mala postal deve ter chegado à Vila de São Carlos, vinda de Sorocaba, via Itu, em 28 e partido para Jundiá, com destino a São Paulo, no dia 29 de janeiro de 1825.

29 de janeiro é, portanto, uma data que deve ser gravada nas efemérides históricas da "Princesa do Oeste".

O "pedestre" transportava a mala fechada com cadeado, do qual havia tantas chaves quantas as localidades servidas pelo correio. O "administrador" de cada localidade ficava de posse de uma chave, para abertura e fechamento da mala.

As cartas eram procuradas na própria "Administração" que afixava uma lista dos respectivos destinatários. O art. 10 da "Instrução", que passamos a transcrever, diz, na sua singeleza, a maneira como se processavam a recepção, remessa e distribuição das cartas:

"Logo que chegar a malla, a qualquer das villas, o Administrador extrahindo della as Cartas que se dirigem ao seo Districto, e fará seguir immediatamente ao seo destino passando depois a conferir os portes com o avizo ou factura de seo valor que os deve acompanhar, e arranjar-as por ordem alfabetica, afim de organizar a lista que deve transmitir ao Publico, para depois destriboil-as, devendo promptificar primeiro as cartas, que se dirigem a Authoridades, e que serão entregues com preferencia".

Chegando o correio à Vila de São Carlos todos os dias 3, 13 e 23, e de lá partindo para São Paulo a 9, 19 e 29 de cada mês, verificamos que a vila se correspondia com a capital de 10 em 10 dias. Mas, tendo em vista o seu progressivo aumento e as necessidades de seu comércio, em outubro de 1841, 52 negociantes da Vila de São Carlos, a cuja frente se achava a assinatura de ANTONIO FRANCISCO GUIMARÃES, o conhecido "*Bahia*", apresentavam um "abaixo-assinado" ao Presidente da Província, conselheiro MIGUEL DE SOUSA MELO e ALVIM, pedindo a criação de "mais um correio desta Villa para essa Cidade afim de ficar de cinco em cinco dias", o que foi atendido. Entretanto, JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA TORRES, segundo visconde de Macaé, quando exer-

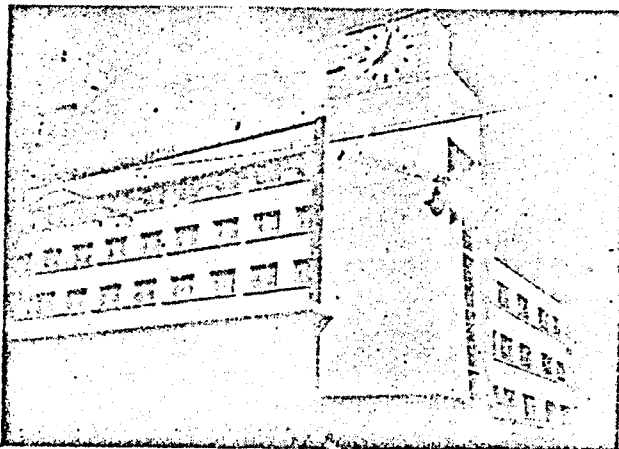




cia a Presidência da Província de São Paulo, pelo aviso de 24 de dezembro de 1842, como "presente" de Natal aos campineiros, ordenava "que desde já cesse tal correio" (5 em 5 dias), "restabelecendo-se a prática seguida anteriormente de haver somente para alli" (Campinas) "correio de dez em dez dias"...

Mas, 14 anos depois, em 1856, foi restabelecido o correio de 5 em 5 dias. A Câmara Municipal de Campinas, em officio de 14 de abril, juntando um "abaixo-assignado de varios cidadãos", pleiteava aquêlê melhoramento postal. Como nessa época já se achasse em vigor o novo regulamento postal de dezembro de 1844, o Govêrno da Província não tinha competência para resolver o assunto e, assim, em 3 de maio, dirigiu-se ao ministro do Império, dr. Luís PEREIRA DO COU TO FERRAZ (depois Barão e Visconde do Bom Retiro). Êste, pelo aviso de 26, autofizou tal providência.

Tal foi, entretanto, o desenvolvimento do serviço postal em Campinas que, no dia 2 de outubro de 1867, era inaugurado o "Correio diário, conduzido em carros, entre esta Cidade e a Capital da Província".



*Correios e Telégrafos.*

Em documento datado de 11 de fevereiro de 1829 encontramos como sendo "administrador interino" do correio da Vila de São Carlos, MATEUS LOURENÇO DA SILVA PAIS que, conforme verificamos na fôlha de recenseamento daquele ano, era "caixeiro" de BENTO JOSÉ DE ABREU ÁLVARES GUIMARÃES, solteiro, com 20 anos de idade. Aliás, o "administrador" efetivo, BENTO

JOSÉ DE ABREU ALVES GUIMARÃES, somente se exonerou do cargo a 7 de novembro de 1844, quando, pelo Presidente da Província, Marechal MANUEL DA FONSECA LIMA E SILVA (depois Barão de Suruí e tio do Duque de Caxias), foi nomeado para substituí-lo o cirurgião-mor JOAQUIM ANTÔNIO PINTO, que foi, por isso, o segundo "administrador" do correio de Campinas.

Em portaria de 2 de junho de 1847, do mesmo Presidente da Província, é depois nomeado "administrador" CUSTÓDIO JOSÉ INÁCIO RODRIGUES, vulgo "CUSTÓDIO MANCO" que, por essa época, regia uma escola pública instalada no antigo edificio já demolido do Paço da Câmara e Cadeia Pública, e onde também se encontrava a "administração" do correio. Êsse edificio, que antigos campineiros chamavam "cadeia velha", estava situado no mesmo local onde hoje se encontra o monumento a CARLOS GOMES, na atual Praça Bento Quirino. O Correio estava localizado na esquina formada pela rua Direita (atual Barão de Jaguara) com a rua da Cadeia (atual Bernardino de Campos)..

Em 1862 encontramos exercendo funções de "Agente" do Correio o capitão ANTÔNIO DO RÊGO DUARTE que, em dezembro daquele ano, se exonerou do cargo, em virtude de ter sido nomeado Major-Fiscal do Corpo de Polícia da

Côrte. Passou então o cargo ao "Ajudante" FRANCISCO TEODORO DE SIQUEIRA E SILVA.

Devido à interrupção de nossas investigações históricas sobre o correio de Campinas, não podemos citar nomeações posteriores, baseadas em documentos oficiais, mas no "Almanack de Campinas, para 1871", de JOSÉ MARIA LISBOA, encontramos, como "Agente", o capitão MIGUEL CAETANO ALVES FRAGOSO, o conhecido "Capitão Fragoso" dos velhos campineiros. Em 1856, o capitão FRAGOSO era vereador à Câmara Municipal de Campinas. Podemos dizer ainda que, em 1857, segundo o "Almanack Paulistano" desse ano, CUSTÓDIO JOSÉ INÁCIO RODRIGUES, o terceiro "administrador", ainda continuava exercendo tais funções, sob o título de "Agente".

Em 1883 a agência estava a cargo de JOÃO BATISTA DOS SANTOS CRUZ, substituído, já no regime republicano, pelo major GABRIEL DE CARVALHO, o último agente do século XIX.

